

5. Conclusão: A *inversão* platônica

Consideramos que um *desvio arcaico* tenha transformado completamente em Platão a concepção de *espaço* e *tempo cívicos* ligados à tradição que as reformas de Clístenes realizam um século antes.

Um sistema de analogias religou a representação geométrica de um novo espaço físico e a configuração política de uma espacialidade inédita. De fato, o pensamento grego passa simultaneamente de uma concepção hierárquica do mundo e da sociedade a uma representação homogênea e igualitária do cosmos e da cidade. De uma parte, as noções fundamentais para uma geometria, de centralidade, de igualdade e de reversibilidade definem um novo espaço circular e homogêneo que substitui o espaço estabelecido e valorizado pelas antigas cosmogonias. De outra parte, essas mesmas noções presidem a aparição de uma organização política nova. São elas que contribuem a ordenar a cidade, abrindo um novo espaço cívico conforme os princípios da publicidade do discurso, da igualdade diante da lei e da permutabilidade dos cidadãos. É sobre essa mesma linha de pesquisa e de interpretação que se inscreve uma recente leitura, geométrica e política da reforma clisteniana. Esse estudo articula a organização da cidade sobre uma reorganização do espaço e do tempo, assim como uma remodelação do sistema numérico. A instauração da democracia igualitária supõe, com efeito, uma instauração racional do território e do calendário e trata-se, segundo mesmo do *'sinoecismo'*, de fazer *'viver em conjunto'* e de coabitar sobre

um pé de igualdade nova, uma população regionalmente dispersa e submissa ao compartimento gentílico.

A solução desse problema político, tal como tem colocado Clístenes, revela uma verdadeira geometria política que redistribui unitariamente o território e o calendário. Aparece assim, o quadro de uma vida política nova, a mesma para todas, regrada sobre um centro comum, a *ágora* e ordenado segundo ritmos oficiais do calendário *prítânico*. A democratização das instituições políticas supõe uma geometrização dos quadros espaços-temporais, como se na cultura desse tempo, o igualitarismo político simbolizassem com a igualdade geométrica e a cidade laica com um mundo racionalizado, que tinha de se reverter em 'utopia' platônica e de ceder lugar a uma cidade ressacralizada, desigual e aristocrática.

Da *República* às *Leis*, observamos uma espécie de "degradação" da utopia à história. Do mesmo título que Atenas e Atlântida de *Timeu* e de *Crítias*, a cidade de *As Leis*, por ser mais 'concreta', não é menos igualmente 'imaginada' e 'utópica'. Imaginada por Platão sobre o solo de Creta, ela é apresentada como uma construção que pode efetivamente ser implantada em território grego. Tudo se passa como se fôssemos do imaginário ao real ou do real ao imaginário, mas sem deixar o plano do fabuloso e do maravilhoso.

Nessa perspectiva, o modelo clisteniano que inscreve a cidade no espaço e no tempo se reverte como se Platão invertesse o sentido da filosofia política. A *ágora*, centro político, com efeito, sucede um centro

religioso, a *acrópole*, que orienta um novo espaço hierarquizado. A *acrópole* tem seu lugar no centro da cidade, de onde partem as divisões territoriais. Toda a cidade é confiada à proteção dos deuses, dos heróis, dos *daimons* locais e são em seus santuários que se mantêm as assembléias. As eleições dos magistrados são ligadas ao templo mais venerado da vila; a divisão da cidade é regrada pelo princípio divino e cada uma das doze tribos tem essas divindades protetoras. Podemos afirmar que a *ágora* tradicionalmente não tem mais lugar, uma vez que ela passa por uma crítica à democracia ateniense. Quanto ao sistema numérico, retorna o duodecimal, do decimal que era depois de Clístenes que significa um retorno ao arcaísmo teológico. Enquanto o espaço e o tempo cessam de ser a projeção sobre o mundo para redefinir o 'reflexo das realidades siderais' na cidade, tudo contribui para que a filosofia política se revertesse da 'cidade laica' à cidade religiosa, anulando a trajetória da história política e o processo de laicização da cidade. Assim, da cidade democrática real à cidade filosófica ideal, se cruzam novamente, ao contrário da história, toda a distância que separa o profano e o sagrado, o positivo e o religioso, os homens e os deuses, pois a evolução não vai da religião à cidade, mas da religião do *génos* à religião da polis. Isso significa que a cidade deve ser religiosa tanto quanto a religião deve ser cívica. No transcorrer do V e do IV séculos, as preocupações religiosas atravessam ainda o espírito cívico. Também Platão, ligando por uma parte a sua filosofia política a uma teologia política, não faz outra coisa que teorizar e codificar mais rigorosamente

uma verdadeira cidade real. É, sem dúvida, em *As Leis* que o modelo de um espaço político geometrizado, que caracteriza a civilização grega, encontra-se delineado, com traços específicos, da maneira mais concreta possível.